PRODUÇÃO INOVADORA NO BRASIL: OS BENEFÍCIOS DA LEI DO BEM PARA A AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Autor(res)

Marcio Luiz Dos Santos
Marcelo Salles Da Silva
Fernando Portel Cabrera
Daniela Palhuca Nascimento Queiroz

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO - UNIAN

Introdução

O desenvolvimento social brasileiro, o aumento da empregabilidade e a melhoria das condições de vida da sociedade brasileira é uma responsabilidade direta da administração pública que deverá implementar ações, por intermédio de políticas públicas, direcionando, estimulando ou até mesmo desestimulando ações no meio social. Tais ações devem ser implementadas por todas as esferas de governo, União, estados, municípios e Distrito Federal de forma concorrente (BRASIL, 1988).
O fortalecimento do setor produtivo, da economia nacional e as condições para que as empresas e os produtos brasileiros sejam inseridos no mercado internacional é uma estratégia eficaz para que os objetivos dos entes fererativos sejam atendidos . A análise das políticas públicas criadas pelo Brasil para estimular o setor produtivo forma o objeto deste estudo, em especial a Lei do Bem como estratégia para estimular a formação de um setor produtivo com alta capacidade inovadora.

Objetivo

O objetivo deste estudo é compreender epistemologicamente os benefícios previstos pela Lei do Bem para possibilitar aos empreendedores a aquisição de máquinas e equipamentos para o desenvolvimento de pesquisas inovadoras no país.

Material e Métodos

A pesquisa é exploratória explicativa, com abordagem qualitativa. O método adotado é a revisão bibliográfica narrativa e a análise documental. A revisão bibliográfica consistiu na análise e alinhamento dos principais estudos acadêmicos que abordem direta ou indiretamente o objeto da pesquisa, assim considerando estudos disponíveis nas bases Scielo, Google academic, bem como teses disponíveis em sites de programas de pós-graduação stricto sensu e no Portal de Periódicos CAPES.
Para a realização de busca e coleta de dados dos estudos que subsidiaram a presente pesquisa a terminologia utilizada na busca foram utilizados seus descritores.
Os estudos foram identificados pela estratégia de busca, de acordo com os títulos e resumos apresentados, foram

procedidas as exclusões de alguns estudos por incompatibilidade com o objeto deste estudo; e os estudos selecionados pela aderência ao objeto do estudo, foram analisados na sua íntegra para subsidiar a construção desta pesquisa.

Resultados e Discussão

A Lei do Bem estabelece orientações e renúncias fiscais em diversas etapas do desenvolvimento de produtos inovadores, como forma de estimular o setor produtivo brasileiro ao desenvolvimento de produtos inovadores, fortalecendo a economia e a empregabilidade no país (ZITTEI et al 2016).

O benefício previsto no artigo 17, inciso II da Lei do Bem, prevê a redução de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), incidentes sobre os equipamentos necessários ao desenvolvimento de pesquisas tecnológicos, reduzindo 50% do IPI sobre os equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos destinados a P&DI (BRASIL, 2004).

Estudo realizado por KANNEBLEY JUNIOR et al (2016) afirma que o estudo dos benefícios e dos dispêndios realizados para o desenvolvimento de P&D no país, demonstra que os setores de alta tecnologia são os maiores dependentes para o desenvolvimento de inovação no país, como também tiveram em média 21% do dispêndio em forma do benefício fiscal.

Conclusão

A conclusão deste estudo demonstra a importância dos incentivos da Lei do Bem; sobretudo, para aquisição de máquinas e equipamentos destinados a realização das pesquisas e produções inovadoras no país, que possibilitam aos investidores importante e economia, viabilizando a inserção de novos produtos no setor produtivo brasileiro.

Referências

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, página 1, 5out1988.

_____. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, DF, página 2, 3 dez. 2004.

KANNEBLEY JUNIOR, Sérgio; SHIMADA, Edson; DE NIGRI, Fernanda. Efetividade da lei do bem no estímulo aos dispêndios em P&D: uma análise com dados em painel. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rev. PPE, v. 46, n. 3, dez. 2016.

ZITTEI, Marcus Vinicius Moreira; LUGOBONI, Leonardo Fabris; RODRIGUES, Aline de Lima; CHIARELLO, Tânia Cristina. Lei do bem: o incentivo da inovação tecnológica como aumento da competitividade global do brasil. Revista GEINTEC – ISSN: 2237-0722. São Cristóvão/SE – 2016. Vol. 6, n. 1, p. 2925 - 2943. D.O.I.: 10.7198/S2237-0722201600010015